

Colombo Agroindústria S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de março de 2026**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da
Colombo Agroindústria S.A.
Ariranha – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Colombo Agroindústria S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Colombo Agroindústria S.A. em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do valor justo dos ativos biológicos

Veja as Notas 5.7 e 11 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
A Companhia mensura os seus ativos biológicos de cana-de-açúcar ao valor justo menos a despesa de venda, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC - 29 Ativo Biológico e Produto Agrícola. A determinação do valor justo menos a despesa de venda requer a utilização de premissas e estimativas, que incluem entre outras: a área estimada de colheita, o valor de kg do Açúcar Total Recuperável (ATR), produtividade prevista (toneladas de cana por hectares), quantidade total de ATR e taxa de desconto. Devido às incertezas relacionadas às premissas utilizadas na determinação do valor justo menos a despesa de venda, ao impacto que eventuais mudanças nas premissas e estimativas usadas na mensuração desse valor teriam nas demonstrações financeiras e à relevância dos montantes de ativos biológicos, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade dos dados relevantes e das premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo do ativo biológico, mediante comparação das informações disponíveis com dados observáveis de mercado, e quando aplicável, com dados históricos; e – Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes relacionadas ao valor justo do ativo biológico. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os valores justo dos ativos biológicos e as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2026.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

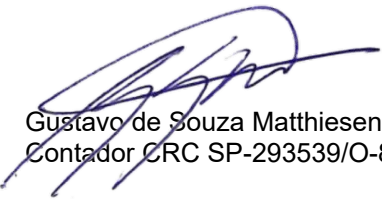
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 03 de junho de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP


Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC SP-293539/O-8

Colombo Agroindústria S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2026	2025	Passivo	Nota	2026	2025
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.656.575	1.295.708	Fornecedores	17	230.117	221.729
Contas a receber	8	157.082	194.897	Empréstimos e financiamentos e debêntures	18	613.593	498.806
Estoques	9	211.549	284.756	Instrumentos financeiros derivativos	23	59.624	37.956
Ativo biológico	11	446.648	535.663	Parcerias agrícolas a pagar	15	194.039	226.801
Adiantamentos à fornecedores	10	55.462	99.174	Arrendamentos a pagar	15	21.936	24.129
Impostos à recuperar	13	91.152	144.626	Impostos e contribuições a recolher	19	32.712	27.341
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	24	119.312	166.046	Salários e encargos a recolher		44.952	42.139
Instrumentos financeiros derivativos	23	29.965	8.892	Adiantamentos de clientes		31.888	17.690
Outros ativos		7.671	8.417	Outras obrigações		31.026	55.756
		2.775.416	2.738.179	Total do passivo circulante		1.259.887	1.152.347
Total do ativo circulante							
				Não circulante			
Não circulante				Outras obrigações		14.964	15.994
Instrumentos financeiros derivativos	23	18.360	1.970	Empréstimos e financiamentos e debêntures	18	2.178.340	2.044.873
Impostos a recuperar	13	12.397	5.423	Instrumentos financeiros derivativos	23	67.154	77.104
Depósitos judiciais	14	4.511	25.662	Parcerias agrícolas a pagar	15	1.611.999	1.587.272
		35.268	33.055	Arrendamentos a pagar	15	95.771	109.157
Total do realizável a longo prazo				Provisão para demandas judiciais	20	89.158	95.696
				Passivo fiscal diferido	24	81.979	109.832
Investimentos		280	280	Total do passivo não circulante		4.139.365	4.039.928
Direito de uso	15	1.888.558	1.983.561	Patrimônio líquido			
Imobilizado	16	2.841.595	2.577.871	Capital social		1.930.630	1.888.018
		4.730.433	4.561.712	Reservas de lucros		139.776	172.852
Total do ativo não circulante		4.765.701	4.594.767	Ajustes de avaliação patrimonial		71.459	79.801
				Total do patrimônio líquido		2.141.865	2.140.671
Total do ativo		7.541.117	7.332.946	Total do passivo		5.399.252	5.192.275
				Total do passivo e patrimônio líquido		7.541.117	7.332.946

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Colombo Agroindústria S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	2026	2025
Receita operacional líquida	25	2.804.752	2.953.512
Variação do valor justo de ativos biológicos	11	(48.143)	(287.510)
Custo dos produtos vendidos	26	<u>(2.336.821)</u>	<u>(2.236.364)</u>
Lucro bruto		<u>419.788</u>	<u>429.638</u>
Despesas com vendas	26	(164.464)	(144.312)
Despesas administrativas	26	(106.736)	(132.258)
Perda por redução ao valor recuperável no contas a receber	8	(386)	481
Outras receitas	27	54.667	208.261
Outras despesas	28	<u>(17.404)</u>	<u>(53.550)</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		<u>185.465</u>	<u>308.260</u>
Receitas financeiras	29	393.493	212.391
Despesas financeiras	29	<u>(648.228)</u>	<u>(609.288)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(254.735)</u>	<u>(396.897)</u>
Resultado antes dos impostos		(69.270)	(88.637)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	27.852	11.880
Imposto de renda e contribuição social correntes	24	<u>-</u>	<u>31.058</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>27.852</u>	<u>42.938</u>
Prejuízo do exercício		<u>(41.418)</u>	<u>(45.699)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Colombo Agroindústria S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	2026	2025
Prejuízo do exercício	(41.418)	(45.699)
Resultado abrangente total	<u>(41.418)</u>	<u>(45.699)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Colombo Agroindústria S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros						Total
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Reservas de incentivos fiscais	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	
Saldos em 31 de março de 2024	1.612.787	74.561	325.224	72.903	-	87.783	2.173.258
Integralização de capital	275.231	-	-	-	-	-	275.231
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	7.982	(7.982)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(262.120)	-	-	-	(262.120)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(45.698)	-	(45.698)
Absorção de prejuízo	-	-	(37.716)	-	37.716	-	-
Saldos em 31 de março de 2025	1.888.018	74.561	25.388	72.903	-	79.801	2.140.671
Integralização de capital	42.612	-	-	-	-	-	42.612
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	8.342	(8.342)	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(41.418)	-	(41.418)
Absorção de prejuízo	-	(7.688)	(25.388)	-	33.076	-	-
Saldos em 31 de março de 2026	1.930.630	66.873	-	72.903	-	71.459	2.141.865

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Colombo Agroindústria S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	2026	2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(41.418)	(45.699)
Ajustes para:			
Depreciação	26	65.559	51.582
Provisão (Reversão) para contingências		(6.538)	50.461
Amortização lavoura	26	327.225	308.868
Amortização de entressafra	26	325.457	190.929
Amortização de direito de uso	26	204.392	301.883
Provisão para perda de estoque		6.852	886
Redução decorrente de colheita (trato)	26	394.821	338.105
Resultado na venda de ativo imobilizado	27	(2.863)	(5.758)
Perdas (ganhos) não realizados com derivativos	29	(28.711)	95.714
Juros de empréstimos e financiamentos	18	306.968	237.025
Amortização de custos de empréstimo	25	6.210	4.878
Juros de parcerias e arrendamentos	29	176.838	146.807
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	(27.852)	(11.880)
Imposto de renda e contribuição social correntes	24	-	(31.058)
Valor justo Cbios	25	17.295	42.217
Provisão estimada para perdas com créditos	8	387	(7)
Valor justo do ativo biológico	11	48.144	287.509
Contas a receber		37.428	6.776
Estoques		106.668	(69.284)
Adiantamentos a fornecedores		43.712	29.213
Impostos a recuperar		(99.288)	(202.885)
Outros ativos		739	(1.771)
Depósitos judiciais e outros		21.151	62
Fornecedores		8.386	9.434
Instrumentos financeiros derivativos		(25.745)	14.468
Impostos e contribuições a recolher		90.000	104.812
Imposto de renda e contribuição social		78.133	49.130
Salários e encargos a recolher		2.821	(383)
Adiantamentos de clientes		14.198	11.387
Outras obrigações		(25.762)	(6.240)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		2.025.207	1.907.181
Juros pagos sobre empréstimos	18	(293.195)	(115.225)
Juros pagos sobre arrendamentos e parcerias agrícolas	15	(176.340)	(166.016)
Imposto de renda e contribuição social pagos	24	-	(107.914)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		1.555.672	1.518.026
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	16	(554.661)	(540.780)
Recebimento por venda de imobilizado		14.010	14.134
Investimento em plantas portadoras - plantio de cana-de-açúcar	16	(351.613)	(386.052)
Investimentos em ativo biológico - tratos culturais	11	(367.655)	(402.368)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(1.259.919)	(1.315.066)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Integralização de capital	21	42.612	275.231
Empréstimos e financiamentos tomados	18	709.835	757.396
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	21	-	(346.642)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	18	(481.564)	(182.550)
Pagamentos de parcerias e arrendamentos agrícolas	15	(203.392)	(262.452)
Instrumentos financeiros derivativos (Recebidos) pagos	23	(2.377)	(16.868)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos		65.114	224.115
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		360.867	427.075
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		1.295.708	868.633
No fim do exercício		1.656.575	1.295.708
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		360.867	427.075

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais

1 Contexto operacional

A Colombo Agroindústria S.A. (“Companhia” ou “Entidade”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Ariranha, Estado de São Paulo, a Companhia possui três unidades industriais localizadas nos municípios de Ariranha, Palestina e Santa Albertina, todos no Estado de São Paulo.

A Companhia tem como atividades preponderantes a industrialização de cana-de-açúcar para a fabricação e a comercialização de (i) açúcar cristal, (ii) açúcar refinado (iii) açúcar demerara (iv) açúcar orgânico (v) etanol anidro (vi) etanol hidratado e (vii) cogeração de energia elétrica.

A Companhia é controlada pela *holding* Angelina Colombo Participações S.A. com participação de 98,55% no capital votante. (Em 31 de março de 2025 era 98,55%).

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação as normas do CPC e CFC)

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas pela administração (“Administração”) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão dessa demonstração financeira foi aprovada pela Administração em 03 de junho de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos e base de mensuração

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e estimativas sobre o futuro, incluindo riscos e oportunidades relacionados ao clima, que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos seus ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia e com os compromissos relacionados ao clima, quando apropriado. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) *Julgamentos*

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na nota explicativa:

Nota explicativa nº 15: O prazo dos arrendamentos foi mensurado de acordo com expectativa razoável da Administração da sua manutenção, assumindo o exercício de opção de prorrogação.

(ii) *Incertezas sobre premissas e estimativas*

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 8: A Companhia reconhece provisão para “Perdas por redução ao valor recuperável no contas a receber” no qual segue a metodologia simplificada de abordagem. A Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração da provisão de perdas. A Companhia mensura essa provisão criando uma matriz de idade de saldo do contas a receber. Com base nessa matriz e nas classificações de “rating” de créditos dos clientes que compõem o saldo do contas a receber é calculada a provisão de perda por redução ao valor recuperável de contas a receber.

Nota explicativa nº 11: Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo que represente o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para esses ativos, os quais são determinados por meio de aplicação de premissas estabelecida em modelos de fluxo de caixa descontado na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação do valor justo entre os períodos são alocados diretamente no custo dos produtos vendidos.

Nota explicativa nº 15: A Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento e direito de uso, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamento, das taxas de desconto aplicáveis, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia.

Nota explicativa nº 16: O tratamento contábil dos ativos imobilizados requer estimativas para determinar o período de vida útil dos itens para efeitos de sua depreciação e amortização, além do valor justo na data de aquisição. A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment*. Ativos imobilizados que estão sujeitos a depreciação e amortização são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Nota explicativa nº 20: A Companhia reconhece provisão para demandas judiciais tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A determinação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas periodicamente para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Nota explicativa nº 23: O valor justo de instrumentos financeiros derivativos que não são negociados em mercados ativos, ou não, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes da data do balanço. Esses instrumentos apresentam exposição de risco nível 2.

Nota explicativa nº 24: Os saldos de imposto de renda e a contribuição social diferidos classificados no ativo são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva, para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social possam ser compensados. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera recuperar.

(iii) *Mensuração do valor justo*

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Como preços cotados para ativos ou passivos similares em mercados ativos, ou de mercado que suportem a avaliação; e

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis), sendo utilizados quando os níveis 1 e 2 não são aplicáveis. A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 11: Mensuração do valor justo menos despesas de venda do ativo biológico; e

Nota explicativa nº 23: Instrumentos financeiros.

3 Base mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e
- O ativo biológico é mensurado pelo valor justo.

4 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia não realizou quaisquer alterações em suas políticas contábeis em relação àquelas aplicadas nas demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de março de 2025.

5 Resumo das políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

5.1 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio usando como referência a Ptax nas datas das transações.

5.2 Hedge accounting

A Companhia adotou a Política de *Hedge Accounting* de valor justo.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. Mais informações sobre as políticas contábeis da Companhia e as atividades de gerenciamento de risco relacionadas a instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge* são fornecidas na nota explicativa 23.

O objetivo da cobertura é transferir os custos de uma taxa pós fixada (IPCA+) para um custo em CDI+, conforme política de gerenciamento de riscos. Espera-se que as mudanças no valor justo provenientes das liquidações dos instrumentos financeiros derivativos designados substituam eficientemente os custos fixos da dívida, de acordo com nível estabelecido como objetivo da gestão de riscos da Companhia.

Dado o objetivo dessa estratégia de *hedge*, a Companhia realizou a contratação de instrumentos financeiros atrelados à variação do preço do ativo subjacente indexado ao objeto de *hedge*. A relação econômica do *hedge* é fundamentada pela variação do objeto de *hedge*, a qual possui o mesmo ativo subjacente do que o instrumento de *hedge*: variação do IPCA e juros prefixados.

A estrutura de *hedge* possui relação econômica entre o objeto e instrumento de *hedge*, o risco de crédito não é dominante quando da variação dos resultados econômicos da relação de *hedge* e o índice de *hedge* é balanceado para a estratégia.

5.3 Receita de contrato com cliente

Etanol

Parte da comercialização de etanol é realizada no mercado spot, correspondendo a aproximadamente 24% do volume total vendido. O volume remanescente é comercializado por meio de contratos de curto prazo (com prazo inferior a 12 meses) e acordos de longo prazo (com prazo superior a 12 meses).

Esses contratos, em sua maioria, preveem volumes predeterminados com preços variáveis, os quais são referenciados pelo indicador de mercado CEPEA/ESALQ, acrescido ou reduzido de um diferencial logístico, que pode variar conforme a unidade industrial responsável pela retirada do produto.

A receita é reconhecida quando a Companhia satisfaz as obrigações de desempenho previstas nos contratos e ocorre a transferência do controle do produto ao cliente, em conformidade com os critérios estabelecidos nas normas contábeis aplicáveis.

Açúcar

A maior parte do volume de açúcar produzido é destinada ao mercado interno, principalmente ao segmento de varejo, sendo comercializada, em sua maioria, no mercado spot. Os preços praticados são referenciados pelo índice de açúcar cristal divulgado pela CEPEA/ESALQ, com predominância de vendas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

As vendas destinadas ao mercado externo são, em geral, realizadas por meio de contratos de curto prazo (inferiores a 12 meses), com preços e volumes previamente fixados, denominados em dólares norte-americanos (US\$).

O reconhecimento da receita ocorre quando a Companhia cumpre as obrigações de desempenho acordadas e o controle dos produtos é transferido aos clientes.

Energia

A comercialização de energia elétrica ocorre predominantemente por meio de contratos bilaterais, nos quais volumes e preços são previamente estabelecidos, representando aproximadamente 70% do total comercializado.

Adicionalmente, parte da energia é negociada no mercado *spot*, cujo preço é definido com base no Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), indicador fundamental do mercado livre de energia, normalmente acrescido de um ágio.

A receita é reconhecida quando a energia elétrica é efetivamente disponibilizada ao sistema, por meio da entrega na linha de transmissão, momento em que ocorre a transferência do controle ao cliente.

5.4 Reconhecimento de incentivos fiscais – subvenção para investimento

A receita decorrente de incentivos fiscais é reconhecida no resultado quando recebida em contraposição de custos e investimentos incorridos pela Companhia.

A subvenção para investimento do imposto sobre circulação de mercadoria e serviços (ICMS) é registrado a crédito na rubrica de “outras receitas”.

5.5 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- (a) Receita de juros;
- (b) Despesa de juros;
- (c) Rendimento de aplicações financeiras;
- (d) Receitas e despesa de operações com derivativos; e
- (e) Receitas e despesa líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- (a) Valor contábil bruto do ativo financeiro; e
- (b) Custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

5.6 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos considerando-se as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

5.7 Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos dos custos de venda, sendo que quaisquer alterações são reconhecidas no resultado.

Correspondem à cana-em-pé produzida nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizadas como fonte de matéria-prima para a produção de açúcar, etanol e energia elétrica no momento da sua colheita. O cultivo de cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias ou de terceiros, e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a raiz (“soqueira”) continua no solo. Após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente em média por mais cinco safras.

O modelo de avaliação do valor justo da Companhia considera o valor presente do fluxo de caixa líquido esperado durante a vida do ativo biológico. As projeções de fluxo de caixa para o cálculo do valor justo do ativo biológico das lavouras de cana-de-açúcar incluem premissas significativas tais como a área total estimada de colheita, o valor do quilo do Açúcar Total Recuperável (ATR), a produtividade prevista (toneladas de cana-de-açúcar por hectare), a quantidade total de ATR e a taxa de desconto a ser aplicada para cálculo do valor presente.

5.8 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o valor realizável líquido. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques ao custo médio de aquisição. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

As perdas estimadas em estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são reconhecidas quando um produto não possui movimentação dentro do período de um ano e não é considerado estratégico pela Companhia.

5.9 Imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de juros com empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição da Companhia para as normas CPCs foi determinado com base em seu valor justo naquela data. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

(ii) *Custos subsequentes*

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) *Depreciação*

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado e na expectativa de vida útil dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos e fazendas não são depreciados. Os valores residuais e a expectativa de vida útil dos ativos são revisados por profissionais técnicos competentes e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O custo do item de um equipamento que deve ser substituído anualmente é contabilizado como um componente do custo do equipamento e depreciado durante a safra seguinte.

Os custos da manutenção periódica são contabilizados como despesa quando incorridos, uma vez que os componentes substituídos não melhoram a capacidade produtiva ou introduzem aprimoramentos de eficiência aos equipamentos.

Demais reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo de qualquer renovação que aumente a vida útil deve ao aumento e a capacidade produtiva do equipamento ser ativado e incluído no valor contábil do ativo se for provável que os benefícios econômicos futuros após a renovação ultrapassarão o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente e estes benefícios fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

As taxas médias anuais estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Classe de ativo imobilizado	2026	2025
Edifícios	1,67%	1,67%
Benfeitorias	3,33%	3,33%
Máquinas, equipamentos e instalações	5,00%	5,00%
Veículos pesados	5,00%	5,00%
Veículos leves	10,00%	10,00%
Móveis e utensílios	10,00%	10,00%
Plantio de cana	20,00%	20,00%
Equipamentos de informática	33,33%	33,33%
Manutenção entressafra	100,00%	100,00%

(iv) Manutenção de entressafra

Os gastos com manutenção de entressafra são gastos com componentes de substituição e peças, ocorridos na manutenção de equipamentos industriais, veículos e máquinas agrícolas que são acumulados no decorrer da entressafra para amortização na safra seguinte.

a. Arrendamentos e direito de uso

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados usando a taxa incremental sobre empréstimos da Companhia, uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia, equivalente a aproximadamente 100% do CDI para os arrendamentos reconhecidos.

Durante os exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025, as taxas de descontos aplicadas de acordo com a vigência contratual foram como segue:

Vigências Contratuais	2026	2025
1 ano	7,55%	8,99%
2 anos	9,02%	7,13%
3 anos	10,28%	8,98%
4 anos	11,13%	10,30%
5 anos	10,53%	11,06%
6 anos	12,07%	10,50%
7 anos	13,25%	12,05%
8 anos	12,51%	11,83%
9 anos	12,33%	12,19%
10 anos em diante	10,62%	9,57%

O prazo do arrendamento equivale ao período dos contratos e suas opções de prorrogação. A Companhia não considera os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que a Companhia está razoavelmente certo de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo mesmo método de depreciação aplicado para itens similares do ativo imobilizado e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

5.10 Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR), acrescido, para um item não mensurado ao VJR dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como “mantido para negociação”, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado do exercício. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos. A despesa de juros, e os ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os ativos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um ativo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como “mantido para negociação”, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Ativos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado do exercício. Outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos. A receita de juros e os ganhos cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer outro ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos a terceiros ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, a terceiros, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro, baseado nos termos modificados, é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Reforma da taxa de juros

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Companhia atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, a Companhia atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, a Companhia aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puderem ser obtidos de mercados ativos, estes são determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado quando isto é possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. Para mais detalhes, vide nota explicativa 26.

5.11 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem seu custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, a avaliação de crédito e informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas, ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas à valor presente pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; a probabilidade de que o devedor entrará em recuperação judicial ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

6 Normas novas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de abril de 2026 (no caso da Companhia 1º de abril de 2027). A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027 (no caso da Companhia em 1º de abril de 2027). O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

- As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações serão agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como “outros”.

b. Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC48 e CPC40); e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC48 e CPC40).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2026	2025
Caixa e bancos - Mercado Interno	1.036	676
Caixa e bancos - Mercado Externo	27.171	1.455
Aplicações financeiras (i)	<u>1.628.368</u>	<u>1.293.577</u>
Total	<u>1.656.575</u>	<u>1.295.708</u>

- (i) As aplicações financeiras, compostas majoritariamente por certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, tiveram rentabilidade entre 98% e 105% do CDI no exercício (98% a 107,7% do CDI em 31 de março de 2025), sem impactos significativos de mudanças no mercado financeiro.

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

As aplicações estão registradas ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço e seu valor não supera o valor de mercado.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 23.

8 Contas a receber

As contas a receber da Companhia são compostas, principalmente, por valores referentes à comercialização de açúcar e etanol no mercado interno e externo. A Companhia está inserida no setor sucroalcooleiro, caracterizado por uma forte sazonalidade operacional, influenciada pelo ciclo agrícola da cana-de-açúcar.

O ciclo produtivo da cana-de-açúcar afeta diretamente as receitas e, consequentemente, o saldo de contas a receber. A safra de cana ocorre predominantemente entre os meses de abril e novembro, resultando em um aumento significativo na produção e comercialização de açúcar e etanol, o que impacta diretamente os níveis de contas a receber durante este período. Fora do período de safra, as operações de venda tendem a diminuir, resultando em um decréscimo natural dos saldos a receber.

A seguir, apresentamos a composição dos saldos de contas a receber e a abertura por prazo de vencimento, considerando o impacto da sazonalidade no setor:

	2026	2025
Contas a receber - Mercado interno	137.937	164.299
Contas a receber - Mercado externo	23.995	35.061
	161.932	199.360
(-) Perda por redução ao valor recuperável no contas a receber	(4.850)	(4.463)
	157.082	194.897

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota explicativa nº 23.

A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída com base na análise individual de clientes, considerando os históricos de inadimplência, a situação financeira dos devedores, as garantias existentes, e as condições econômicas gerais do mercado. A administração da Companhia avalia regularmente a adequação da provisão, utilizando modelos de perdas esperadas com base nos critérios do Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

A composição dos saldos por idade de vencimento está assim apresentada:

	2026	2025
Valores a vencer	138.695	181.413
Vencidos		
Até 30 dias	17.383	11.324
De 31 a 60 dias	290	246
De 61 a 90 dias	199	1.708
De 91 a 180 dias	1.061	2.451
Acima de 181 dias	4.304	2.218
Total vencidos	23.237	17.947
Total	161.932	199.360

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota explicativa nº 23.

A provisão para perdas de crédito esperadas foi calculada com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, e a situação do grupo econômico ao qual pertencem.

A movimentação na perda por redução do valor recuperável no contas a receber no período é assim apresentada:

	2026	2025
Saldo inicial	(4.463)	(4.470)
(+) Provisão constituída	(4.367)	3.565
(-) Reversão de provisão	3.980	(3.558)
Saldo final	(4.850)	(4.463)

Na avaliação da Administração o montante de R\$ 4.850 (R\$ 4.463 em 31 de março de 2025) representa a melhor estimativa para perdas esperadas com créditos.

9 Estoques

Os estoques da Companhia são compostos principalmente por produtos acabados (açúcar e etanol), matérias-primas, insumos agrícolas e industriais, e materiais de consumo. Dada a natureza das operações da Companhia, inserida no setor sucroenergético, os estoques apresentam variações sazonais significativas, relacionadas ao ciclo de colheita e processamento da cana-de-açúcar, que ocorre predominantemente entre os meses de abril e novembro.

A seguir, apresentamos a composição dos estoques em 31 de março de 2026 e 2025:

	2026	2025
Produtos acabados:		
Açúcar	69.898	48.168
Etanol	14.494	72.378
Total	84.392	120.546
Materiais de consumo:		
Almoxarifado e outros (i)	55.916	75.670
Matéria prima e embalagens	6.308	10.525
Combustíveis e lubrificantes	7.220	9.167
Insumos agrícolas e industriais	57.713	68.848
Total	127.157	164.210
Total	211.549	284.756

- (i) A Companhia provisionou seus estoques que estão há mais de 400 dias sem movimentação, esses estoques são classificados como estratégicos e tem como finalidade evitar a interrupção das operações.

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados quando necessário, por provisão para redução do valor de realização.

Em 31 de março de 2026, os estoques apresentam-se deduzidos por perdas estimadas de realização e baixa rotatividade e/ou obsoletos.

A movimentação na provisão dos estoques é assim apresentada:

	2026	2025
Saldo inicial do exercício	(4.077)	(3.191)
(+) Provisão constituída	(14.596)	(886)
(-) Reversão de provisão	7.744	-
Saldo final da provisão	(10.929)	(4.077)

10 Adiantamentos a fornecedores

Os adiantamentos a fornecedores referem-se a pagamentos antecipados realizados pela Companhia com o objetivo de garantir o fornecimento contínuo de insumos, matérias-primas, serviços e outros itens essenciais para as operações produtivas. Estes adiantamentos estão relacionados, principalmente, à aquisição de cana-de-açúcar, materiais agrícolas e serviços vinculados ao processo industrial e agrícola.

A seguir, apresentamos a composição dos saldos de adiantamento a fornecedores em 31 de março de 2026 e 2025:

	2026	2025
Adiantamentos – compra de cana-de-açúcar	30.430	40.830
Adiantamentos a fornecedores de materiais e serviços (b)	7.329	10.372
Consórcio não contemplados (a)	10.882	40.111
Adiantamentos – compra de açúcar para revenda	6.821	7.861
Total	55.462	99.174

(a) Consórcios não contemplados

O montante de adiantamentos a fornecedores também composto por valores investidos em consórcios não contemplados. Esses consórcios fazem parte da estratégia da Companhia para aquisição futura de bens e equipamentos industriais a condições favoráveis. Até que o consórcio seja contemplado, os valores pagos são mantidos como ativos circulantes, sendo reconhecidos como adiantamentos até a efetiva contemplação e recebimento dos bens.

(b) Política de adiantamento

A Companhia adota uma política de adiantamento baseada em acordos comerciais estratégicos com seus fornecedores e consórcios, garantindo preços favoráveis e mitigando o risco de falta de insumos ou atraso na aquisição de equipamentos. Os adiantamentos são reconhecidos como ativos circulantes até a entrega dos bens ou a prestação dos serviços.

Avaliação e riscos associados

Vide nota explicativa 12.

11 Ativo biológico

Os ativos biológicos da Companhia correspondem às canas em pé cultivadas nas lavouras de cana-de-açúcar que serão utilizadas como fonte de matéria-prima para a produção de açúcar, etanol e bioenergia no momento da sua colheita.

O método de avaliação do valor justo é o fluxo de caixa descontado a valor presente.

O modelo de valorização considera o valor presente dos fluxos de caixa esperados a serem gerados, incluindo projeções de até dois anos, considerando-se as estimativas de data efetiva de corte da cana em pé.

As áreas cultivadas representam apenas as lavouras de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram, sendo estas reconhecidas como imobilizado.

Em 31 de março, as seguintes principais premissas foram utilizadas na determinação do valor justo consolidado:

Resumo das premissas	2026	2025
Área estimada de colheita (hectares) (a)	118.746	97.278
Produtividade média prevista (tons de cana/hectares)	87,40	84,24
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	136,70	140,01
Valor do Kg de ATR - (R\$)	1,1441	1,2475
Taxa de desconto real (%)	8,74	7,68

- (a) O aumento da área estimada de colheita na safra 2026/27 está relacionado, as áreas de cana de 18 meses consideradas na projeção desta safra. Adicionalmente, na safra anterior existiam áreas previstas para renovação e plantio que ainda se encontravam em fase de preparo e implantação, passando a compor a base produtiva considerada nas estimativas da safra corrente. A Administração entende que tais variações refletem a dinâmica operacional e o ciclo agrícola normal das lavouras de cana-de-açúcar da Companhia.

A movimentação consolidada dos ativos biológicos (cana-de-açúcar) encontra-se detalhada a seguir:

Saldo em 31 de março de 2024	776.788
Acréscimo relativo aos tratos culturais cana	402.368
Redução decorrente de colheita (trato)	(355.984)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	(287.509)
Saldo em 31 de março de 2025	535.663
Aumento devido às novas plantações - Trato	367.656
Redução decorrente de colheita (trato)	(408.527)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	(48.144)
Saldo em 31 de março de 2026	446.648

Análise de sensibilidade

A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2026, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis:

- (i) **preço da tonelada de cana-de-açúcar:** Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução do ativo biológico de R\$ 71.212.
- (ii) **volume de produção de cana-de-açúcar:** Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução do ativo biológico de R\$ 73.566.

Os fatores de riscos atrelados ao ativo biológico são apresentados na nota explicativa 12.

12 Fatores de riscos

As operações da Companhia estão sujeitas a diversos fatores de risco que podem afetar adversamente seus negócios, condição financeira e resultados operacionais. A Administração monitora continuamente os fatores de risco e adota medidas de mitigação com o objetivo de preservar a integridade patrimonial e a geração de valor para os acionistas.

A seguir, são apresentados os principais riscos identificados pela Administração até a data destas demonstrações financeiras:

- (a) **Riscos de mercado:** A Companhia está exposta a riscos de mercado, incluindo variações nas taxas de juros, câmbio e preços de *commodities* que podem impactar seus custos, receitas e fluxos de caixa.
- (i) **Riscos de preço de mercado:** O valor dos ativos biológicos está diretamente relacionado aos preços de mercado do açúcar, etanol e da cana-de-açúcar. A variação nos preços de *commodities* é influenciada por fatores como oferta e demanda global, condições econômicas internacionais, políticas de incentivo e regulação governamental. Variações significativas nos preços podem causar flutuações no valor justo dos ativos biológicos, afetando a receita e os resultados operacionais.
- (ii) **Riscos de taxa de câmbio:** O setor de açúcar e etanol é sensível às variações cambiais, especialmente no que se refere à exportação de açúcar. A desvalorização do real em relação ao dólar pode aumentar a competitividade dos produtos no mercado externo, mas também pode impactar os custos de insumos e serviços importados, afetando o valor justo dos ativos biológicos.
- (iii) **Riscos de oferta e demanda:** A Companhia está exposta a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de venda de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar originada das plantações. Quando possível, a Companhia administra esse risco alinhando seu volume de comercialização com a oferta e demanda do mercado. A Administração realiza análises regulares da tendência da indústria para garantir que a estrutura de preço da Companhia esteja de acordo com o mercado, e para garantir que os volumes projetados de comercialização estejam consistentes com a demanda esperada.

A nota explicativa 23 apresenta mais informações sobre a gestão dos riscos desse grupo, implementada pela Companhia.

- (b) Riscos operacionais:
- (i) Riscos de sazonalidade: O ciclo de produção da cana-de-açúcar é fortemente influenciado pela sazonalidade, com a safra tradicionalmente ocorrendo entre abril e novembro. Durante o período de entressafra, a Companhia enfrenta uma redução na colheita, o que impacta a geração de receita e o nível de estoques. A sazonalidade também pode causar variações significativas nos preços de venda dos produtos e nos custos de manutenção das plantações.
 - (ii) Riscos climáticos: As operações agrícolas da Companhia são altamente dependentes de condições climáticas favoráveis. Eventos como seca prolongada, excesso de chuvas, geadas ou tempestades podem prejudicar a produtividade da cana-de-açúcar e impactar negativamente o valor justo dos ativos biológicos. A Companhia monitora as condições climáticas e implementa técnicas agrícolas para minimizar os impactos, como a irrigação e o manejo adequado do solo, mas esses riscos não podem ser completamente eliminados.
 - (iii) Riscos de pragas e doenças agrícolas: A cana-de-açúcar, como outras culturas, é suscetível a ataques de pragas e doenças, como a cigarrinha, broca da cana e fungos. Infestações severas podem causar reduções na produtividade e qualidade da colheita, afetando o volume de açúcar e etanol produzidos. Para mitigar esse risco, a Companhia adota medidas preventivas e de controle biológico, além de realizar monitoramentos contínuos das plantações. No entanto, surtos inesperados de pragas ou doenças ainda podem ocorrer e impactar a produção.
 - (iv) Riscos de logística e infraestrutura: A distribuição e o transporte dos produtos agrícolas, como o açúcar e o etanol, dependem de uma infraestrutura de logística eficiente. Problemas relacionados a transporte, como greves, falta de disponibilidade de caminhões ou congestionamentos em portos e estradas, podem prejudicar o escoamento da produção e gerar custos adicionais, além de reduzir a competitividade dos produtos no mercado.
 - (v) Riscos de incêndio: Incêndios, sejam acidentais ou naturais, podem causar danos severos às plantações de cana-de-açúcar, destruindo grandes áreas cultivadas e comprometendo a produção. Para mitigar esse risco, a Companhia adota medidas preventivas, como a criação de aceiros e o monitoramento contínuo de áreas vulneráveis.
 - (vi) Riscos geopolíticos e de continuidade da cadeia de suprimentos: As operações da Companhia dependem da disponibilidade contínua de insumos, combustíveis, peças, equipamentos, serviços especializados e infraestrutura logística para suporte às atividades agrícolas e industriais. Eventos externos e fora do controle da Companhia, incluindo conflitos geopolíticos, restrições comerciais, pandemias, interrupções logísticas, indisponibilidade de fornecedores, alterações relevantes nos fluxos globais de comércio ou eventos similares, podem impactar a cadeia de suprimentos, elevar custos operacionais, reduzir a disponibilidade de insumos e afetar o cronograma operacional e a comercialização dos produtos. A Administração monitora continuamente esses fatores e adota medidas de mitigação, incluindo gestão de fornecedores, planejamento de suprimentos e monitoramento dos cenários macroeconômicos e operacionais.

- (c) Riscos regulatórios e ambientais: As operações da Companhia podem gerar impactos ambientais e sociais que, se não devidamente geridos, podem resultar em sanções, multas e danos à reputação. As operações da Companhia podem gerar impactos ambientais e sociais que, se não devidamente geridos, podem resultar em sanções, multas e danos à reputação. A Companhia possui políticas e controles internos voltados à sustentabilidade e conformidade ambiental.
- (d) Riscos de gestão:
- (i) Riscos de tecnológico: Inovações tecnológicas podem impactar tanto positiva quanto negativamente a produção agrícola. A adoção de novas tecnologias pode aumentar a produtividade e reduzir custos, enquanto a obsolescência de técnicas ou equipamentos agrícolas pode gerar a necessidade de investimentos adicionais.
- (ii) Riscos de adiantamentos a terceiros: Os saldos de adiantamento são periodicamente avaliados pela administração quanto à sua recuperabilidade, considerando a capacidade de entrega dos fornecedores e os prazos estabelecidos em contrato. Não foram identificados riscos significativos de inadimplência ou falta de entrega que possam resultar em perdas materiais relacionadas aos adiantamentos, incluindo os consórcios não contemplados.

13 Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar representam créditos tributários originados de operações comerciais e contribuições realizadas pela Companhia, que são passíveis de compensação ou recuperação junto ao fisco.

	2026	2025
ICMS (a)	41.175	71.378
PIS e COFINS (b)	58.492	73.641
Outros (c)	3.882	5.029
Total	103.549	150.049
Circulante	91.152	144.626
Não circulante	12.397	5.423

(a) ICMS a recuperar

O saldo de ICMS a recuperar refere-se aos créditos de ICMS sobre compras de insumos e bens de uso e consumo relacionados às atividades produtivas da Companhia. Esses créditos são acumulados devido à incidência do ICMS nas operações de compra de matérias-primas e outros bens utilizados na produção de açúcar e etanol, podendo ser compensados com débitos futuros gerados pela venda de produtos. Em dezembro de 2024, a Companhia registrou o montante de R\$ 60.175 em relação ao levantamento de crédito de ICMS na aquisição de materiais intermediários utilizados no processo produtivo da controlada Colombo, relativo aos últimos 05 anos. As análises foram pautadas na legislação aplicável ao ICMS, bem como em normas e entendimentos emitidos pelo Sefaz-SP. Lei complementar 87/96. O STJ também tem mantido coerência em decisões posteriores. Reforçando essa orientação, em dezembro de 2024, no julgamento do AResp 2.621.584, o Tribunal reafirmou o direito ao crédito de materiais intermediários, desde que comprovada sua essencialidade para atividade empresarial. Em março de 2026, A Companhia registrou o montante de R\$ 4.702 em relação ao levantamento de crédito de ICMS na aquisição de materiais intermediários utilizados no processo produtivo da controlada Colombo.

(b) PIS e COFINS a recuperar

Os créditos de PIS e COFINS são originados, principalmente, nas aquisições de insumos utilizados na fabricação dos produtos comercializados pela Companhia, que seguem o regime não cumulativo. Esses créditos podem ser compensados com débitos de PIS e COFINS gerados nas operações de venda, conforme a legislação vigente. Em dezembro de 2024, a Companhia registrou em sua contabilidade o montante de R\$ 69.783 em relação ao levantamento de créditos presumido do PIS/COFINS sobre aquisições de cana-de-açúcar, exclusão ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS sobre o Etanol e revisão de toda base das aquisições de insumos nos últimos 05 anos. A Companhia registrou o montante de R\$ 8.059 em relação ao levantamento de créditos exclusão ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS sobre o Etanol.

(c) Outros tributos a recuperar

O saldo de outros tributos a recuperar inclui, entre outros, créditos decorrentes de depósitos judiciais, IPI sobre vendas e retenções de IRRF sobre receitas financeiras. Esses valores são monitorados e recuperados por meio de compensações ou ações judiciais, conforme aplicável.

Classificação contábil

A Companhia classifica os impostos a recuperar da seguinte forma:

- **Circulante:** Referem-se aos créditos que se espera recuperar ou compensar no próximo exercício social.
- **Não circulante:** Referem-se aos créditos cuja recuperação ou compensação é esperada em períodos superiores a 12 meses.

Política de recuperação

A Companhia acompanha regularmente a recuperabilidade dos créditos tributários, buscando efetuar as compensações fiscais de forma eficiente, de acordo com a legislação tributária vigente. A Administração considera que os saldos registrados de impostos a recuperar são totalmente realizáveis e que não há riscos materiais associados à sua recuperação.

14 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais referem-se a valores depositados pela Companhia em juízo, visando garantir o cumprimento de exigências legais relacionadas a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. Esses depósitos são realizados para suspender a exigibilidade de créditos tributários ou para assegurar o andamento de processos em que a Companhia é parte, até a decisão final das ações judiciais.

Em caso de ganho de causa em processos judiciais, os depósitos realizados serão devolvidos, corrigidos pela taxa SELIC juntamente com os juros e correção monetária.

A composição dos saldos de recuperar depósitos judiciais é a seguinte:

	2026	2025
Depósitos judiciais tributários (a)	1.892	11.523
Depósitos judiciais trabalhistas (b)	1.921	12.204
Depósitos judiciais cíveis (c)	24	1.120
Outros depósitos judiciais (d)	674	815
Total	4.511	25.662

(a) Tributários:

Referem-se a depósitos judiciais realizados em disputas relacionadas a tributos que a Companhia contesta ou que estão sob análise judicial. A Companhia busca garantir a suspensão da cobrança ou contestação de multas e tributos, enquanto o processo é julgado.

(b) Trabalhistas:

Estes depósitos são realizados para garantir ações trabalhistas em que a Companhia está envolvida, como demandas relacionadas a pagamento de horas extras, insalubridade, periculosidade, entre outros. Tais depósitos têm o objetivo de garantir o cumprimento de possíveis sentenças desfavoráveis.

(c) Cíveis:

Incluem valores depositados em juízo para ações cíveis envolvendo a Companhia, como disputas contratuais, danos materiais ou morais, e outros processos cíveis.

(d) Outros depósitos judiciais:

Compreendem outras obrigações, como questões ambientais e outros litígios de menor valor, mas que exigem garantias processuais por meio de depósitos judiciais.

15 Direito de uso e Arrendamentos

A Companhia reconhece os arrendamentos de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos, que exige o reconhecimento de um ativo correspondente ao direito de uso do bem arrendado e um passivo correspondente à obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento.

Reconhecimento contábil

Os ativos e passivos de arrendamento são inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros do contrato, ajustados por eventuais custos diretos iniciais. A taxa de desconto utilizada é a taxa incremental de financiamento da Companhia ou, quando aplicável, a taxa de juros implícita no contrato.

Os passivos de arrendamento são reavaliados caso haja modificações no prazo do contrato ou revisões de pagamento. Qualquer modificação impacta simultaneamente o valor do ativo de direito de uso.

Classificação de arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como arrendamentos financeiros, nos quais substancialmente todos os riscos e benefícios são transferidos, ou como arrendamentos operacionais, onde o arrendador retém os riscos e benefícios significativos.

Ativo de direito de uso

A seguir, apresentamos a movimentação dos ativos de direito de uso, reconhecidos como parte do ativo não circulante:

	Arrendamentos agrícolas	Parcerias agrícolas	Total
Saldo em 31 de março de 2024	69.484	1.200.283	1.269.767
Adições novos contratos - sem efeito caixa	35.237	308.971	344.208
Remensuração de contratos – sem efeito caixa (i)	48.154	545.758	593.912
Amortização	(22.631)	(201.695)	(224.326)
Saldo em 31 de março de 2025	130.244	1.853.317	1.983.561
Adições novos contratos - sem efeito caixa	24.792	417.427	442.219
Remensuração de contratos – sem efeito caixa (i)	(11.858)	(168.302)	(180.160)
Baixa de contratos	(7.629)	(60.615)	(68.244)
Amortização	(25.310)	(263.508)	(288.818)
Saldo em 31 de março de 2026	110.239	1.778.319	1.888.558

- (i) A remensuração dos contratos ocorre com a atualização do índice de preço da tonelada de cana-de-açúcar, disponibilizado pela Consecana, atualizando o fluxo de pagamentos futuros, alterando o passivo de arrendamento e o direito de uso. Esse montante também contempla ajustes de aditivos contratuais, os quais ajustam os prazos de contratos já vigentes, sem efeito no resultado do período.

Os ativos de direito de uso são depreciados ao longo da vida útil dos contratos de arrendamento ou da vida útil do ativo, o que for menor.

A amortização do direito de uso seguirá o fluxo de amortização no período de safra, compreendido entre abril e novembro de cada ano fiscal, na proporção da entrada de cana colhida nas áreas objeto de arrendamento e parcerias.

O prazo de amortização dos contratos de arrendamento, os quais estão vinculados com esses direitos de uso, é de aproximadamente 5 a 20 safras.

Passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento são mensurados ao valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento. A seguir, apresentamos a movimentação dos passivos de arrendamento em 31 de março de 2026 e 2025.

	Arrendamentos agrícolas	Parcerias agrícolas	Total
Saldo em 31 de março de 2024	74.659	1.216.242	1.290.901
Adição de novos contratos	35.237	308.971	344.208
Remensuração do contrato	48.154	545.758	593.912
Pagamento principal	(19.165)	(243.287)	(262.452)
Pagamento juros	(17.428)	(148.588)	(166.016)
Atualização de juros	11.829	134.978	146.807
Saldo em 31 de março de 2025	133.286	1.814.073	1.947.359
Passivo circulante	24.129	226.801	250.930
Passivo não circulante	109.157	1.587.272	1.696.429
Adição de novos contratos	24.792	417.427	442.219
Remensuração do contrato	(11.858)	(168.302)	(180.160)
Pagamento principal	(20.670)	(182.722)	(203.392)
Pagamento juros	(12.070)	(164.270)	(176.340)
Atualização de juros	12.074	164.764	176.838
Baixa de contratos	(7.847)	(74.932)	(82.779)
Saldo em 31 de dezembro de 2026	117.707	1.806.038	1.923.745
Passivo circulante	21.936	194.039	215.975
Passivo não circulante	95.771	1.611.999	1.707.770

Condições dos arrendamentos

Os passivos de arrendamento foram atualizados com base na taxa incremental de financiamento da Companhia. A seguir, a composição dos passivos de arrendamento por vencimento:

31 de março de 2026	Parceria agrícola		Arrendamento	
Vencimentos	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	Valor presente
Safra 2026/2027	218.624	194.039	24.715	21.936
Safra 2027/2028	245.431	193.336	24.608	19.385
Safra 2028/2029	274.782	192.116	27.196	19.014
Safra 2029/2030	309.228	191.887	23.934	14.852
Safra 2030/2031	288.382	158.828	22.936	12.632
Safra 2031/2032	306.721	149.932	18.667	9.125
Safra 2032/2033	306.215	132.852	14.579	6.325
Safra 2033/2034	314.711	121.184	13.777	5.305
Safra 2034/2035	296.992	101.501	9.717	3.321
A partir da safra 2035	1.522.151	370.363	23.887	5.812
	4.083.237	1.806.038	204.016	117.707

Taxas incrementais

A Companhia chegou às suas taxas incrementais nominais, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado, para os prazos de seus contratos ajustadas à sua realidade econômica na data de 31 de março de 2026.

Vigência dos contratos	Taxa incremental
1 anos	5,87% a 15,35%
2 anos	5,87% a 15,06%
3 anos	5,87% a 15,11%
4 anos	5,87% a 14,95%
5 anos	5,87% a 15,11%
5 a 10 anos	5,87% a 15,20%
10 a 30 anos	5,87% a 15,10%

Riscos e benefícios associados

A Companhia adota medidas para gerir os riscos associados aos arrendamentos, como riscos de variação no índice de correção monetária e mudanças nas condições econômicas que possam afetar os termos contratuais. A Administração monitora continuamente as obrigações de arrendamento para assegurar que os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento estejam adequadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

16 Imobilizado

Custo	2025	Adição	Baixas	Transferência	2026
Terras	4.675	-	-	-	4.675
Edifícios e benfeitorias	119.016	153	-	55.662	174.831
Móveis e utensílios	11.852	2.065	-	149	14.066
Veículos	390.389	66.104	(3.979)	1.789	454.303
Máquinas e implementos agrícolas	319.241	98.831	(9.380)	381	409.073
Máquinas, equipamentos e instalações	1.075.454	18.902	(85)	146.149	1.240.420
Equipamentos de informática	24.055	2.286	-	961	27.302
Imobilizado em andamento	219.052	134.148	-	(172.446)	180.754
Manutenção de entressafra	353.787	258.267	(153.127)	-	458.927
Lavouras de cana	2.478.824	351.613	-	-	2.830.436
Outras imobilizações	11.447	2.068	-	-	13.516
Adto. para aquisição de imobilizado	32.645	10.882	-	(32.645)	10.882
Total	5.040.437	945.319	(166.571)	-	5.819.185
Depreciação					
Edifícios e benfeitorias	(36.926)	(2.751)	-	-	(39.677)
Móveis e utensílios	(6.465)	(528)	-	-	(6.993)
Veículos	(212.722)	(20.101)	1.895	-	(230.928)
Máquinas e implementos agrícolas	(115.315)	(26.849)	7.633	-	(134.531)
Máquinas, equipamentos e instalações	(629.328)	(55.598)	48	-	(684.878)
Equipamentos de informática	(14.660)	(997)	-	-	(15.657)
Manutenção de entressafra	(153.127)	(232.318)	153.127	-	(232.319)
Lavouras de cana	(1.294.023)	(338.584)	-	-	(1.632.607)
Total	(2.462.566)	(677.726)	162.703	-	(2.977.590)
Custo total	5.040.437	945.319	(166.571)	-	5.819.185
Depreciação / Amortização acumulada	(2.462.566)	(677.726)	162.703	-	(2.977.590)
Valor líquido	2.577.871	267.593	(3.868)	-	2.841.595

Colombo Agroindústria S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2026

Custo	2024	Adição	Baixas	Transferência	2025
Terras	4.675	-	-	-	4.675
Edifícios e benfeitorias	114.057	19	-	4.940	119.016
Móveis e utensílios	10.430	1.446	-	49	11.852
Veículos	341.503	53.512	(5.325)	699	390.389
Máquinas e implementos agrícolas	297.542	33.717	(14.932)	2.914	319.241
Máquinas, equipamentos e instalações	1.003.412	8.300	(1.589)	65.331	1.075.454
Equipamentos de informática	21.519	2.205	-	331	24.055
Imobilizado em andamento	66.195	227.122	-	(74.265)	219.052
Manutenção de entressafra	388.824	199.837	(234.874)	-	353.787
Lavouras de cana	2.092.771	386.052	-	-	2.478.823
Outras imobilizações	8.818	2.629	-	-	11.447
Adto. para aquisição de imobilizado	-	32.645	-	-	32.645
Total	4.349.746	947.484	(256.720)	-	5.040.437
Depreciação					
Edifícios e benfeitorias	(34.795)	(2.131)	-	-	(36.926)
Móveis e utensílios	(6.055)	(410)	-	-	(6.465)
Veículos	(199.624)	(15.832)	2.734	-	(212.722)
Máquinas e implementos agrícolas	(100.402)	(24.237)	9.321	3	(115.315)
Máquinas, equipamentos e instalações	(592.639)	(38.179)	1.490	-	(629.328)
Equipamentos de informática	(13.439)	(1.218)	-	(3)	(14.660)
Manutenção de entressafra	(234.874)	(153.127)	234.874	-	(153.127)
Lavouras de cana	(968.822)	(325.201)	-	-	(1.294.023)
Total	(2.150.650)	(560.335)	248.419	-	(2.462.566)
Custo total	4.349.746	947.484	(256.720)	-	5.040.437
Depreciação / Amortização acumulada	(2.150.650)	(560.335)	248.419	-	(2.462.566)
Valor líquido	2.199.096	387.149	(8.301)	-	2.577.871

Imobilizado líquido	2026	2025
Terras	4.675	4.675
Edifícios e benfeitorias	135.154	82.090
Móveis e utensílios	7.073	5.387
Veículos	223.375	177.667
Máquinas e implementos agrícolas	274.542	203.926
Máquinas, equipamentos e instalações	555.542	446.126
Equipamentos de informática	11.645	9.395
Manutenção de entressafra	226.608	200.660
Imobilizado em andamento	180.754	219.052
Lavouras de cana	1.197.829	1.184.800
Outras imobilizações	13.516	11.448
Adto. para aquisição de imobilizado	10.882	32.645
Total	2.841.595	2.577.871

a. Adições - Efeito na demonstração do fluxo de caixa

	2026	2025
Abertura das adições:		
Investimento em plantas portadoras - plantio de cana-de-açúcar	351.613	386.052
Outras aquisições de imobilizado	554.661	540.780
Fornecedores de imobilizado	39.045	20.652
Saldo de adições	945.319	947.484

17 Fornecedores

A Companhia calculou o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores em 31 de março 2026 e 2025 e concluiu que os valores não geram ajustes materiais nas demonstrações financeiras.

	2026	2025
Fornecedores de bens e serviços (i)	175.590	157.145
Fornecedores compra de cana de açúcar (ii)	15.482	43.932
Fornecedores de imobilizado (iii)	39.045	20.652
Total	230.117	221.729

- (i) Os saldos a pagar junto aos fornecedores de materiais e serviços correspondente a serviços contratados no país em moeda nacional.
- (ii) Os valores a pagar aos fornecedores de cana-de-açúcar levam em consideração a cana-de-açúcar entregue durante a safra corrente e ainda não paga, bem como o complemento de preço calculado com base no preço final de safra através do índice de ATR - Açúcar Total Recuperado.
- (iii) Os saldos a pagar junto aos fornecedores de imobilizado correspondem a aquisição de máquinas e equipamentos conforme NE 16.

18 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Esta nota explicativa fornece informações sobre os contratos dos empréstimos, financiamentos e debêntures com juros que são mensurados pelo custo amortizado.

a. Modalidade dos empréstimos, financiamentos e debêntures

Passivo circulante	2026	2025
Finame	1.523	19
Capital de giro	182.762	261.420
Debêntures	196.630	13.321
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	238.968	230.280
	619.883	505.040
(-) Custos de transação a amortizar	(6.290)	(6.234)
	613.593	498.806
Passivo não circulante		
Finame	30.445	7.595
Capital de giro	552.260	735.645
Debêntures	1.620.845	1.089.088
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	-	229.487
	2.203.550	2.061.815
(-) Custos de transação a amortizar	(25.210)	(16.942)
	2.178.340	2.044.873
Total	2.791.933	2.543.679

Cronograma de amortização da dívida

Ano de vencimento (i)	2026	2025
Safra 2025/2026	-	505.040
Safra 2026/2027	619.884	556.245
Safra 2027/2028	277.138	270.055
Safra 2028/2029	433.997	418.045
Safra 2029/2030	416.502	400.815
Safra 2030/2031	343.431	340.072
Safra 2031/2032	402.027	76.583
Safra 2032/2033	330.454	-
	2.823.433	2.566.855

(i) Valores não contemplam o custo de transação.

b. Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

Esta nota explicativa demonstra a movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de março de 2026 e 2025.

31 de março de 2026

Banco	Saldo final 31/03/2025	Captações	Juros provisionados	Pagamento principal	Pagamento juros	Amortização	Saldo final 31/03/2026
Capital de giro	997.064	50.000	133.030	(302.351)	(142.722)	-	735.021
CRA	459.767	-	37.307	(179.213)	(78.894)	-	238.967
Debêntures	1.102.409	650.000	136.145	-	(71.079)	-	1.817.475
FINAME	7.615	24.369	486	-	(500)	-	31.970
Total	2.566.855	724.369	306.968	(481.564)	(293.195)	-	2.823.433
(-) Custos de transação a amortizar	(23.176)	(14.534)	-	-	-	6.210	(31.500)
Total	2.543.679	709.835	306.968	(481.564)	(293.195)	6.210	2.791.933

31 de março de 2025

Banco	Saldo final 31/03/2024	Captações	Juros provisionados	Pagamento principal	Pagamento juros	Amortização	Saldo final 31/03/2025
Capital de giro	648.324	485.000	95.921	(182.550)	(49.629)	-	997.065
CRA	436.804	-	42.754	-	(19.790)	-	459.767
Debêntures	779.883	270.000	98.332	-	(45.806)	-	1.102.409
FINAME	-	7.595	19	-	-	-	7.614
Total	1.865.011	762.595	237.025	(182.550)	(115.225)	-	2.566.855
(-) Custos de transação a amortizar	(22.856)	(5.199)	-	-	-	4.878	(23.176)
Total	1.842.155	757.396	237.025	(182.550)	(115.225)	4.878	2.543.679

c. Termos e cronograma de amortização da dívida

Os termos e as condições dos empréstimos em aberto são os seguintes:

Modalidade	Moeda	Indexador	Taxa média anual de juros	Ano de vencimento	2026		2025	
					Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Capital de giro	R\$	CDI + 0,80% a 1,19%	15,91%	De 2026 a 2031	386.583	393.126	659.302	692.267
Capital de giro	R\$	Taxa Pré	14,91%	De 2026 a 2029	348.438	358.990	337.762	354.650
Debentures	R\$	IPCA + 5,48% a 6,63%	11,16%	De 2028 a 2031	1.524.339	1.496.531	821.272	862.456
CRA	R\$	IPCA+ 4,45%	8,77%	2027	238.968	231.513	459.767	482.755
Finame	R\$	Taxa Pré	10,77%	2031	31.969	31.055	7.615	7.996
Nota Comercial	R\$	IPCA+ 8,62%	13,12%	2031	293.136	301.214	281.137	295.194
Total					2.823.433	2.812.429	2.566.855	2.695.318

d. Covenants

A Companhia possui as seguintes cláusulas restritivas de contrato de financiamento junto as instituições financeiras durante toda vigência do contrato:

- Dívida líquida/EBITDA; e
- EBITDA/resultado financeiro líquida menos cambial.

19 Impostos e contribuições a recolher

	2026	2025
IRRF	1.751	1.886
ICMS	15.574	10.084
INSS	11.772	11.347
FGTS	1.880	1.886
PIS e COFINS	573	898
Outros	1.162	1.240
Total	32.712	27.341

20 Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista, tributária e ambiental decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas com base na melhor estimativa dos Administradores, fundamentadas em pareceres dos assessores jurídicos internos e externos, considerando a classificação da probabilidade de perda, conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 25.

a. Contingências com perda provável

Para as ações cuja perda é considerada provável, a Companhia reconhece provisões em seus passivos. Em 31 de março de 2026, os processos com provisão registrada totalizavam R\$ 89.158 (R\$ 95.696 em 31 de março de 2025), sendo apresentados a seguir:

Provisão para demandas judiciais em 31 de março de 2024	45.235
Adições no exercício	55.257
Reversões no exercício	(4.796)
Provisão para demandas judiciais em 31 de março de 2025	95.696
Adições no exercício	10.504
Reversões no exercício	(17.042)
Provisão para demandas judiciais em 31 de março de 2026	89.158

Natureza	Quantidade de processos	Valor provisionado
Trabalhistas	555	73.848
Cível	12	14.867
Tributário	1	292
Judiciais e Administrativos	1	151
Total	569	89.158

Essas provisões são atualizadas periodicamente com base no andamento processual e nas decisões judiciais proferidas.

b. Contingências com perda possível

Para os casos em que a perda é considerada possível, não há constituição de provisão contábil, em consonância com os princípios contábeis aplicáveis. Em 31 de março de 2026, os processos em que a perda é considerada possível totalizavam R\$ 203.988 (R\$ 171.138 em 31 de março de 2025), sendo apresentados a seguir, por natureza:

Natureza	Quantidade de processos	Valor possível
Trabalhista	21	12.875
Tributária	11	66.102
Cível	34	36.167
Ambiental e Administrativo	85	33.520
Total	151	148.664

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, entende que as chances de perda desses processos são possíveis, mas não prováveis, razão pela qual não houve reconhecimento de provisão contábil até a presente data.

21 Patrimônio líquido

a. Capital

O capital social está representado em milhares de reais no montante de R\$ 1.930.630 na quantidade de 1.732.458 ações ordinárias (em 31 de março de 2025 os valores em milhares de reais R\$ 1.888.018 na quantidade de 1.694.327 ações ordinárias) todas nominativas, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada 07 de julho de 2025 os acionistas aprovaram um aumento de capital social no montante de R\$ 578, e em 29 de setembro de 2025 aprovaram um aumento complementar de capital social no montante de R\$ 42.034 com aporte de capital próprio, totalizando montante de R\$ 42.612.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui um incentivo fiscal estadual, junto ao Estado de São Paulo na forma de crédito outorgado do imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços – ICMS, denominado nos termos do art. 30 da Lei 12.973 e da LC nº 160/17, para as operações envolvendo venda de etanol hidratado no mercado interno, registrado em dezembro de 2022.

d. Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital e está destinada aos investimentos na ampliação da capacidade produtiva e em diversos projetos de aperfeiçoamento de processos.

e. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina um percentual não inferior a 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado das reservas legal e de incentivos fiscais conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Saldo em 31 de março de 2024	84.522
Dividendos do exercício	262.120
Pagamentos	(346.642)
Saldo em 31 de março de 2025	-

Os dividendos mínimos obrigatórios a pagar, quando devidos, são destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

f. Ajustes de avaliação patrimonial

É composto do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 27 e ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

22 Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia objetiva equilibrar as fontes de recursos próprios e de terceiros, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2026	2025
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.791.933	2.543.679
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.656.575)	(1.295.708)
(+/-) Instrumentos derivativos (i)	78.453	(106.168)
	<u>1.213.811</u>	<u>1.141.803</u>
(=) Dívida líquida (A)		
Total do patrimônio líquido (B)	2.141.865	2.140.671
Relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido (A/B)	0,57	0,53

- (i) Contratos derivativos *swaps* de longo prazo são altamente sensíveis a quaisquer variações nas curvas futuras de inflação, especialmente o IPCA, o que pode resultar em impactos significativos em sua marcação a mercado ao longo do tempo. No entanto, é importante ressaltar que, ao final dos contratos, o custo efetivo estará firmemente ancorado em CDI mais um percentual fixo, proporcionando assim uma perspectiva financeira clara e estável.

23 Instrumentos financeiros

a. Exposição a riscos

A Companhia está exposta a riscos de mercado, que inclui risco de variação cambial, volatilidade de preço de *commodities* e taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez.

A Administração da Companhia entende que o gerenciamento de riscos é fundamental para:

- (i) Monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratados;
- (ii) Estimativa do valor de cada risco tendo por base os limites de cada exposição cambial e dos preços de venda do açúcar estabelecidos; e
- (iii) Previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de limite de alçada de aprovação para a contratação de instrumentos financeiros destinados a precificação de produtos, à proteção contra variação cambial e volatilidade dos preços e taxas de juros.

b. Exposição a riscos de preço

Parte substancial das vendas da Companhia é feita para um seleto grupo de contrapartes altamente qualificadas.

O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, inclusive, quando aplicável, exigência de carta de crédito de bancos de primeira linha e captação de garantias reais sobre créditos concedidos.

A Administração considera que o risco de crédito está substancialmente coberto pela perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Administração da Companhia.

A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2026	2025
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.656.575	1.295.708
Contas a receber	8	157.082	194.897
Outros ativos		7.671	8.417
Instrumentos financeiros derivativos	23	48.325	10.862
		1.869.653	1.509.884

Os instrumentos financeiros não apresentam concentrações significativas de risco.

c. Exposição a riscos de liquidez

A previsão de fluxo de caixa da Companhia monitora continuamente a liquidez. Essa previsão considera os planos de financiamento de dívida da Companhia e o cumprimento de suas metas.

A seguir, estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

31 de março de 2026	Valor contábil	Fluxo de caixa	1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	230.117	230.117	230.117	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.791.933	4.221.742	777.459	467.988	1.833.632	1.142.663
Instrumentos financeiros derivativos	126.778	126.778	59.624	67.154	-	-
Parcerias agrícolas a pagar	1.806.038	4.083.238	218.624	245.431	872.392	2.746.791
Arrendamentos a pagar	117.707	204.016	24.715	24.608	51.130	103.563
Outras obrigações	45.991	45.991	31.027	14.964	-	-
	5.118.564	8.911.882	1.341.566	820.145	2.757.154	3.993.017

31 de março de 2025	Valor contábil	Fluxo de caixa	1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	221.729	221.729	221.729	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.543.679	3.760.355	687.112	769.234	1.707.405	596.604
Instrumentos financeiros derivativos	115.060	115.060	37.956	77.104	-	-
Parcerias agrícolas a pagar	1.814.073	3.277.305	248.347	265.601	785.865	1.977.492
Arrendamentos a pagar	133.286	205.712	26.421	25.238	48.277	105.776
Outras obrigações	71.750	71.750	55.756	15.994	-	-
	4.899.577	7.651.911	1.277.321	1.153.171	2.541.547	2.679.872

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

d. Hedge accounting de valor justo

A Companhia faz uso hedge de valor justo para proteger as variações no valor justo da exposição à inflação.

Para testar a efetividade, a Companhia adota a metodologia de comparação dos termos críticos, avaliando o alinhamento entre os principais componentes do objeto e do instrumento de *hedge*, tais como nocional, indexador, moeda, vencimento e datas de liquidação, conforme estabelecido na política de *hedge accounting*.

A fontes de inefetividade de *hedge* que pode afetar a relação de proteção durante o seu prazo avaliadas pela Companhia é a possibilidade de liquidação antecipada.

Os ganhos/(perdas) do *hedge* são reconhecidos no resultado financeiro, conforme Política de *hedge accounting*.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada mês. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo ser designado como um instrumento de *hedge* e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de *hedge*.

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, incluindo mudanças no valor justo dos instrumentos de *hedge* que devem compensar as mudanças no valor justo do item protegido por *hedge*.

A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de *hedge*. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de *hedge* são reconhecidas imediatamente no resultado financeiro.

A relação de *hedge* é descontinuada a partir do momento que o instrumento de *hedge* não atenda aos requisitos de contabilidade de *hedge*, como por exemplo em casos de liquidação antecipada do objeto.

A tabela a seguir apresenta a posição consolidada da relação de *hedge accounting* em aberto mantidas pela Companhia em 31 de março de 2026:

Item	Nocional	Taxa	Início	Vencimento	MTM em 31/03/2026
Debênture	650.000	IPCA+ 7,77% a.a.	19/12/2025	15/12/2032	(674.389)
Swap	650.000	IPCA+7,77% a.a. CDI+ 0,135% a.a.	19/12/2025	15/12/2032	(4.282)
AVJ					3.648
Item	Nocional	Taxa	Início	Vencimento	MTM em 31/03/2026
Finame	24.369	11,65% a.a.	11/03/2026	17/03/2031	(24.516)
Swap	650.000	11,65 % a.a. CDI - 1,28% a.a.	11/03/2026	17/03/2031	(286)
AVJ					264

e. Exposição a riscos cambiais

A Companhia está exposta ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as compras e empréstimos são denominados.

As moedas funcionais da Companhia são principalmente o Real (R\$) e o Dólar Norte-Americano (USD).

As moedas nas quais as transações da Companhia são primariamente denominadas R\$.

A exposição líquida em moeda estrangeira está demonstrada no quadro a seguir pelos montantes de principal em R\$:

31 de março de 2026	Provável		
		5%	(5) %
Cenários			
Caixa e equivalentes de caixa	28.207	1.410	(1.410)
Contas a receber	23.995	1.200	(1.200)
Total	52.202	2.610	(2.610)

31 de março de 2026	Provável		
		5%	(5) %
Cenários			
Caixa e equivalentes de caixa	1.163	58	(58)
Contas a receber	35.061	1.753	(1.753)
Total	36.224	1.811	(1.811)

A taxa de conversão do Dólar Norte-Americano (USD) para o Real (R\$) é de R\$ 5,4372 para cada USD 1,0000 Dólar Norte-Americano (em 31 de março de 2025 é de R\$ 5,7416 para cada USD 1,0000 Dólar Norte-Americano).

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a Administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente.

Como referência, aos demais cenários foram considerados a deterioração e a apreciação sobre a taxa de câmbio utilizada para apuração dos apresentados nos registros contábeis.

f. Exposição a risco taxa de juros

A Companhia possui empréstimos e financiamentos indexados à taxa pós-fixadas.

No que diz respeito aos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, ocorre uma mitigação natural no risco de flutuação de taxa de juros, uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxa pós-fixadas (CDI).

	Notas	Valor contábil	
		2026	2025
Aplicações financeiras (Pós-fixado)	7	(1.628.368)	(1.293.577)
Empréstimos, financiamentos debêntures (Pós-fixado)	18	<u>2.791.933</u>	<u>2.543.679</u>
		<u>1.163.565</u>	<u>1.250.102</u>
31 de março de 2026		Provável	Taxa CDI (i)
Cenários			
Aplicações financeiras		(1.628.368)	14,51%
Empréstimos, financiamentos e debêntures		<u>2.791.933</u>	<u>14,51%</u>
Total		<u>1.163.565</u>	<u>-</u>
31 de março de 2025		Provável	Taxa CDI (i)
Cenários			
Aplicações financeiras (Pós-fixado)		(1.293.577)	11,28%
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Pós-fixado)		<u>2.543.679</u>	<u>11,28%</u>
Total		<u>1.250.102</u>	<u>-</u>

As informações sobre a exposição ao risco de taxa de juros estão baseadas nas condições vigentes da CDI na data base.

A posição dos contratos destes instrumentos financeiros derivativos com fluxo em aberto 31 de março de 2026, por vencimento e o valor justo, são demonstrados a seguir:

Colombo Agroindústria S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2026

Modalidade	Banco	Data de início	Vencimento	Notional USD	Paridade inicial	(Fair value)	
						2026	2025
NDF - Termo de Moedas	Bradesco	13/02/2025	22/11/2027	36.059	5,431 a 6,5949	12.383	317
NDF - Termo de Moedas	BTG Pactual	19/03/2026	15/10/2026	6.872	5,4614 a 5,5106	607	1.856
NDF - Termo de Moedas	Santander	12/02/2025	05/01/2027	12.078	5,3309 a 6,7452	7.621	3.417
NDF - Termo de Moedas	Citibank	12/02/2025	29/12/2026	1.521	6,6559 a 6,7308	1.684	(908)
NDF - Termo de Moedas	Rabobank	16/07/2025	21/12/2027	25.840	5,9336 a 6,471	8.367	(352)
NDF - Termo de Moedas	XP	10/12/2025	15/12/2028	15.741	5,2917 a 6,5206	3.233	1.632
NDF - Termo de Moedas	Morgan Stanley	17/12/2025	15/10/2027	29.270	5,292 a 6,2303	6.545	-
NDF - Termo de Moedas	Votorantim	20/06/2024	26/09/2025	-	5,7200 a 6,1115	-	210
NDF - Termo de Moedas	ABC	10/12/2025	21/10/2026	476	5,8732 a 5,8732	194	-
						40.634	6.172

Modalidade	Banco	Data de início	Vencimento	Notional	Taxa Passiva (Instituição)	(Fair value)	
						2026	2025
SWAP Dívida	Bradesco	25/06/2019	19/05/2026	5.000	CDI + 1,50%	(88)	(1.301)
SWAP Dívida	Bradesco	16/12/2024	17/12/2029	200.000	CDI + 1,05%	(1.768)	(6.407)
SWAP Dívida	Bradesco	11/03/2026	17/03/2031	24.369	CDI - 1,28%	(286)	-
SWAP Dívida	BR Partners	13/01/2023	17/07/2028	189.341	CDI - 0,10%	(24.469)	(18.571)
SWAP Dívida	BR Partners	09/02/2024	17/02/2031	132.196	CDI + 1,15%	(22.326)	(16.967)
SWAP Dívida	BTG	15/12/2025	15/12/2032	650.000	CDI + 0,14%	(4.282)	-)
SWAP Dívida	XP	29/02/2024	17/02/2031	132.196	CDI + 1,15%	(22.726)	(17.121)
SWAP Dívida	XP	13/03/2023	12/03/2027	183.594	CDI - 0,95%	(23.112)	(31.026)
SWAP Dívida	Itaú	13/01/2023	17/07/2028	189.341	CDI + 0,00%	(25.758)	(20.005)
SWAP Dívida	Itaú	20/12/2024	15/12/2031	270.000	CDI + 0,85%	12.470	1.477
SWAP Dívida	Votorantim	10/12/2024	10/12/2029	100.000	CDI + 0,98%	1.184	(449)
						(111.161)	(110.370)

Modalidade	Banco	Data de início	Vencimento	Notional	Paridade inicial	(Fair value)	
						2026	2025
Swap Commodities (Sugar)	Stonex	04/03/2026	28/02/2027	11.380 TON		(1.962)	-
Swap Commodities (Sugar)	Rabobank					(5.964)	-
						(7.926)	-

A seguir apresentamos os instrumentos financeiros derivativos por natureza e classificação de acordo com o período de liquidação:

	2026	2025
<i>SWAP</i>	(119.087)	(110.370)
NDF	40.634	6.172
	(78.453)	(104.198)
Ativo circulante	29.965	8.892
Ativo não circulante	18.360	1.970
Passivo circulante	(59.624)	(37.956)
Passivo não circulante	(67.154)	(77.104)

g. Resultado com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia efetuou registro dos ganhos e perdas oriundas desta operação no resultado do exercício. Em 31 de março de 2026 e 2025, os impactos contabilizados no resultado estão demonstrados a seguir:

	2026	2025
Instrumentos financeiros derivativos realizados	(2.377)	(16.868)
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	31.744	(78.846)
Instrumentos financeiros AVJ <i>Hedge Accounting</i>	(656)	-
	28.711	(95.714)
(-) IR e CS Diferidos	(8.753)	(26.808)
Efeito líquido no resultado da Companhia	19.958	(68.906)

h. Mensuração do valor justo

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

a. Classificação contábil e valores justos

Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo sobre os saldos.

31 de março de 2026

31 de março de 2026	Valor contábil				Valor justo			
	Notas	Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado / Outros passivo financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos financeiros derivativos	23	48.325	-	48.325	-	48.325	-	48.325
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa - Bancos	7	1.628.368	28.207	1.656.575	-	-	-	-
Contas a receber	8	-	157.082	157.082	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	10	-	55.462	55.462	-	-	-	-
Outros créditos		-	7.671	7.671	-	-	-	-
Depósitos judiciais	14	-	4.511	4.511	-	-	-	-
Passivo financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos financeiros derivativos	23	126.778	-	126.778	-	126.778	-	126.778
Debêntures	18	694.993		694.993				
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo								
Fornecedores	17	-	230.117	230.117	-	-	-	-
Outras contas a pagar		-	45.991	45.991	-	-	-	-
Parceria agrícola a pagar	15	-	1.806.038	1.806.038	-	-	-	-
Arrendamento a pagar	15	-	117.707	117.707	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	-	2.096.940	2.096.940	-	-	-	-

31 de março de 2025

	Notas	Valor contábil			Valor justo			
		Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado / Outros passivo financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos financeiros derivativos	23	10.862	-	10.862	-	10.862	-	10.862
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa - Bancos	7	1.293.577	2.131	1.295.708	-	-	-	-
Contas a receber	8	-	194.897	194.897	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	10	-	99.174	99.174	-	-	-	-
Outros créditos		-	8.417	8.417	-	-	-	-
Depósitos judiciais	14	-	25.662	25.662	-	-	-	-
Passivo financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos financeiros derivativos	23	115.060	-	115.060	-	115.060	-	115.060
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo								
Fornecedores	17	-	221.729	221.729	-	-	-	-
Outras contas a pagar		-	71.751	71.751	-	-	-	-
Parceria agrícola a pagar	15	-	1.814.073	1.814.073	-	-	-	-
Arrendamento a pagar	15	-	17.690	17.690	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	-	2.543.679	2.543.679	-	-	-	-

24 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Ativo/Passivo fiscal diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e de passivos e seu respectivo valor contábil.

	2025	Resultado	2026
Provisão para contingências	32.036	(2.223)	29.813
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.863	131	1.994
Variação do valor justo do ativo biológico	(19.363)	16.369	(2.993)
Reflexos no resultado do CPC 06 (R2)	61.811	41.289	103.100
Variação de derivativos não realizada	35.427	(8.753)	26.674
Variação cambial não realizada	(69)	(887)	(956)
Diferença de taxa	(22.624)	(4.038)	(26.662)
Custo atribuído	(69.477)	6.070	(63.407)
Custo Aquisição CRA	(7.880)	(2.830)	(10.710)
Provisão estoque obsoleto	1.386	2.330	3.716
Prejuízo fiscal e base negativa acumulado (*)	75.834	(65.561)	10.273
Outras diferenças temporárias	3.405	(2.942)	463
Depreciação acelerada	(202.181)	48.897	(153.284)
Imposto diferido líquido	(109.832)	27.852	(81.979)

	2024	Resultado	2025
Provisão para demandas judiciais	14.880	17.156	32.036
Provisão para perda por redução ao valor recuperável no contas a receber	2.026	(163)	1.863
Variação do valor justo do ativo biológico	(117.116)	97.753	(19.363)
Reflexos no resultado do CPC 06 (R2)	73.227	(11.416)	61.811
Variação de derivativos não realizada	8.619	26.808	35.427
Variação cambial não realizada	628	(697)	(69)
Diferença de taxa	(20.820)	(1.804)	(22.624)
Custo atribuído	(75.512)	6.035	(69.477)
Custo Aquisição CRA	(7.771)	(109)	(7.880)
Provisão estoque obsoleto	1.085	301	1.386
Prejuízo fiscal do exercício (*)	-	75.834	75.834
CBIOS	(2.488)	2.488	-
Outras diferenças temporárias	1.530	1.875	3.405
Depreciação acelerada (**)	-	(202.181)	(202.181)
Imposto diferido líquido	(121.712)	11.880	(109.832)

- (*) A Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido de R\$ 10.273 referente aos prejuízos fiscais, uma vez que a Administração considerou provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, podendo ser utilizados contra tais prejuízos. Os prejuízos fiscais e base negativa acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

No exercício fiscal, houve reversão parcial em torno de R\$ 100.000 relacionada à depreciação acelerada, na apuração do IRPJ e da CSLL.

Imposto de renda e contribuição social a recuperar e recolher

	2026	2025
Ativo circulante		
Imposto de renda e contribuição social - Estimativas pagas	110.575	161.540
Imposto de renda e contribuição social - Aplicações financeiras	8.737	4.506
	<u>119.312</u>	<u>166.046</u>

b. Imposto de renda e contribuição social recolhido mensal por estimativa

	2026	2025
Estimativas de IR e CSLL pagas		
Imposto de renda e contribuição social - Estimativas pagas	-	107.914
Imposto de renda e contribuição social - Aplicações financeiras	-	4.506
	<u>-</u>	<u>112.420</u>

c. Conciliação imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com a despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2026	2025
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(69.270)	(88.637)
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social:		
Alíquota fiscal combinada	23.552	30.137
Adições e exclusões permanentes:		
Doações a entidades filantrópicas e desportivas	-	5.995
Tributação na fonte sobre venda de créditos de CBIOS	1.985	5.258
Outras adições e exclusões permanentes	2.315	1.548
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>27.852</u>	<u>42.938</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	31.058
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>27.852</u>	<u>11.880</u>
Alíquota fiscal efetiva	<u>(40%)</u>	<u>(48%)</u>

25 Receita operacional líquida

A receita operacional da Companhia é composta pela receita de venda de produtos, conforme abertura abaixo:

	2026	2025
Mercado interno		
Açúcar	1.260.991	1.386.209
Etanol	1.271.273	1.592.211
Cbios	18.395	62.581
Outras vendas	31.419	26.687
	2.582.078	3.067.688
Mercado externo		
Açúcar	661.889	407.782
	661.889	407.782
Receita bruta	3.243.967	3.475.470
(-) Impostos s/vendas	(397.627)	(465.944)
(-) Devoluções a abatimentos	(41.588)	(56.014)
Total da receita	2.804.752	2.953.512

No exercício findo em 31 de março de 2026, a Companhia possuía um cliente que representava 14% das receitas consolidadas (Em 31 de março de 2025 – um cliente representava 24% das receitas consolidadas). Essas receitas totalizam aproximadamente R\$ 479.086 e são atribuíveis ao segmento de etanol (Em 31 de março de 2025 - receitas de R\$ 772.216 e são atribuíveis ao segmento de etanol). Não há clientes em outros segmentos que representam 10% ou mais da receita de venda totais.

26 Despesas por natureza

	2026	2025
Matéria prima	(352.621)	(301.439)
Despesas com pessoal	(341.695)	(335.910)
Despesas com manutenção	(176.217)	(195.178)
Combustíveis e lubrificantes	(88.520)	(108.699)
Frete, transportes e armazenagem	(139.976)	(119.120)
Depreciação	(65.559)	(51.582)
Amortização do direito de uso	(204.392)	(301.883)
Amortização do ativo biológico	(394.821)	(338.105)
Amortização da lavoura de cana	(327.225)	(308.868)
Amortização de entressafra	(325.457)	(190.929)
Outras despesas	(36.308)	(57.122)
Cbios	(17.295)	(49.534)
Serviços prestados - pessoa jurídica	(124.405)	(142.561)
Taxas e contribuições	(13.530)	(12.004)
	(2.608.021)	(2.512.934)
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:		
Custo dos produtos vendidos	(2.336.821)	(2.236.364)
Despesas com vendas	(164.464)	(144.312)
Despesas administrativas e gerais (i)	(106.736)	(132.258)
	(2.608.021)	(2.512.934)

27 Outras receitas

	2026	2025
CBIOs (i)	17.295	42.217
Recuperações diversas	8.452	8.583
Venda de sucatas	3.933	4.181
Venda de imobilizado	2.863	5.758
Crédito extemporâneo (ii)	14.972	129.647
Outras diversas	7.152	17.875
	<u>54.667</u>	<u>208.261</u>

(i) CBios

Constituição de créditos de descarbonização (CBIOS) gerados conforme previsto pela lei 13.576/2017 que criou o Renovabio, utilizada como incentivo da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país. Tais ativos são emitidos através de metas de descarbonização e são comercializados em bolsa (B3). Este valor de R\$ 17.295 está classificado como “Etanol” a receita líquida com créditos de descarbonização (CBios). A comercialização destes títulos, após sua escrituração, ocorre principalmente com as distribuidoras de combustíveis, que possuem metas de aquisição estabelecidas pelo RenovaBio.

(ii) Crédito extemporâneo

Levantamento referente exclusão de ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS do Etanol.

28 Outras despesas

	2026	2025
Provisão para contingências	6.538	(50.461)
Indenizações trabalhistas e cíveis	(14.937)	(1.379)
Provisão para estoques obsoletos	(6.852)	(886)
Outras diversas	(2.153)	(824)
	<u>(17.404)</u>	<u>(53.550)</u>

29 Financeiras líquidas

	2026	2025
Receitas financeiras		
Juros	23.878	12.673
Variações cambiais ativas	218	117
Rendimento aplicações financeiras	182.342	100.488
Operações com derivativos	168.961	97.933
Variação valor justo – HACC	13.365	-
Outras	4.729	1.180
	<u>393.493</u>	<u>212.391</u>
Despesas financeiras		
Juros passivos consórcio	(4.835)	(19.856)
Empréstimos, financiamentos e debentures	(306.968)	(237.025)
Passivo de arrendamento	(176.838)	(146.807)
Variações cambiais passivas	(756)	(321)
Operações com derivativos	(139.594)	(193.647)
Amortização de custos de empréstimo	(6.211)	(4.878)

	2026	2025
Variação derivativos – HACC	(14.021)	-
Outros	995	(6.754)
	<u>(648.228)</u>	<u>(609.288)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(254.735)</u>	<u>(396.897)</u>

30 Partes relacionadas

(i) Remuneração de pessoal chave da Administração

O pessoal chave da administração da Companhia é composto pela Diretoria e membros do Conselho de Administração, eleitos em Assembleia Geral, sendo o Conselho de Administração eleito anualmente e a Diretoria para mandato de três anos.

Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração durante o exercício findo em 31 de março de 2026 foram de R\$ 10.094 (em 31 de março de 2025 R\$ 10.340), registrados nos grupos de despesas/custos, e incluem salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

A Companhia não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de curto e longo prazo.

a. Operações com pessoal chave da Administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia.

Não foram pagos valores a título de:

- (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego);
- (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e
- (c) remuneração baseada em ações.

b. Principais saldos

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2026 são saldos de dividendos referente ao exercício findo em 31 de março de 2026 e 2025.

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2026	2025	2026	2025	2026	2025
Passivo circulante						
Angelina Colombo Participações S.A.	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Saldo a pagar referente a compra de cana-de-açúcar						
João Colombo Agrícola S.A.	-	-	1	745	-	-
	-	-	1	745	-	-
Custo dos produtos vendidos						
Compra de matéria-prima						
João Colombo Agrícola S.A.	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	(31.343)	(31.236)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(31.343)</u>	<u>(34.522)</u>
Direitos de uso						
Direitos de uso - parceria agrícola (a)	502.468	581.939	-	-	-	-
	<u>502.468</u>	<u>581.939</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Parceria Agrícola						
Parcerias agrícolas a pagar (b)	-	-	536.343	598.964	(36.012)	(34.543)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>536.343</u>	<u>598.964</u>	<u>(36.012)</u>	<u>(34.543)</u>

- (a) Direitos de uso de terras arrendadas em modalidade de parcerias agrícolas. Parcerias agrícolas com acionistas da Companhia para cultivo de cana-de-açúcar, que apesar da natureza jurídica ser parceria rural na forma do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964 com alterações pela Lei nº 11.443 de 05 de janeiro de 2007), passaram a ser enquadrados no conceito de direito de uso da norma contábil em conformidade com o CPC 06 (R2). O cálculo do preço da cana para fins de pagamento de parcerias se baseia no valor do ATR precificado pela metodologia da Consecana. Esse valor sofre ajuste conforme o prazo contratual, volume de produção, extensão da fazenda, tais condições específicas foram devidamente negociadas entre as partes.
- (b) Parcerias agrícolas são com os acionistas da Companhia, para cultivo de cana-de-açúcar, que apesar da natureza jurídica ser parceria rural na forma do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964 com alterações pela Lei nº 11.443 de 05 de janeiro de 2007) passaram a ser enquadrados no conceito de direito de uso da norma contábil em conformidade com o CPC 06 (R2). O cálculo do preço da cana para fins de pagamento de parcerias se baseia no valor do ATR precificado pela metodologia da Consecana. Esse valor sofre ajuste conforme o prazo contratual, volume de produção, extensão da fazenda, tais condições específicas foram devidamente negociadas entre as partes.

31 Compromissos

O Grupo possui diversos acordos no mercado de açúcar, etanol e energia, os volumes desses acordos estão assim apresentados:

Em 31 de março de 2026

Etanol Hidratado	180.834	[m³]
Etanol Anidro	36.200	[m³]
Total	217.034	[m³]
Exportação Cristal	3.714.000	Sacas 50kg
Exportação VHP	2.902.000	Sacas 50kg
Total	6.616.000	Sacas 50kg

* * *

Composição da Diretoria

Diretoria Executiva

Luis Marcelo Spadotto

Diretor presidente

Fernando Mendes Leal

Diretor financeiro

Marco Aurélio Mendonça Seraphin

Diretor recursos humanos

Clever José de Faria

Diretor vendas varejo

Fernando Dejavit

Diretor comercial

Lucas André Lopes

Diretor operações agrícolas

Hélio Luis Pavani

Diretor de operações industriais

Contador

Marco Aurelio Belotti

TC CRC 149.826